

Revisionismo histórico no *Twitter* de Jair Bolsonaro: ainda somos os mesmos

*Historical revisionism on Jair Bolsonaro's
Twitter: we are still the same*

*Revisionismo histórico em Twitter de Jair
Bolsonaro: todavía somos los mismos*

Eneá de Stutz e Almeida¹
Universidade de Brasília

Barbara Guilherme Lopes²
Universidade de Brasília

Submissão: 30/09/2023
Aceite: 04/12/2023

Resumo

Sabe-se que a conjuntura deve ser analisada amplamente, de forma que quando se fala no contexto sociopolítico atual, é preciso olhar ao passado e encará-lo como parte do todo. Nesse contexto, a ditadura civil-militar no Brasil certamente tem raízes que permitiram a construção de um discurso revisionista sobre o período. O papel deste trabalho, portanto, é propor uma crítica à justiça de transição, tendo em vista a negação da história que se observa atualmente e que permitiu a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Para isso, foi realizada a análise de conteúdo da conta verificada no Twitter (atual rede social X), de titularidade do ex-presidente, com palavras-chave sobre a ditadura, para avaliar a qual discurso ele se filia ideologicamente. O objetivo é refletir sobre esses dois pontos: a memória sobre a ditadura civil-militar, na implementação da justiça de transição, e o revisionismo de Bolsonaro. Dessa forma, foi possível concluir, dos resultados obtidos, que em termos de memória, verdade e justiça, foram deixados espaços em aberto que puderam ser preenchidos com discursos negacionistas. É o caso do Twitter de Bolsonaro, que apresenta revisionismo histórico e nega a ditadura civil-militar. Essa narrativa, endossada pelos eleitores em 2018, revela o sintoma vivo do período militar, que não pode ser superado completamente, como se espera, por meio da justiça transicional.

Palavras-chave

Justiça de Transição – Revisionismo Histórico – Jair Bolsonaro – Ditadura Civil Militar

Abstract

It is known that the conjuncture must be analyzed widely, so that when speaking in the current sociopolitical context, it is necessary to look at the past and see it as part of the whole. In this context, the civil-military dictatorship in Brazil certainly has roots that allowed the construction of a revisionist discourse on the period. The role of this work, therefore, is to propose a critique of transitional justice, in view of the denial of history that is currently observed and that allowed the election of Jair Bolsonaro in 2018. For this, we performed the content analysis of the verified account on Twitter (current social network X), owned by the former president, with keywords on the dictatorship, to assess which speech he affiliates ideologically. The objective is to reflect on these two points: the memory about the civil-military dictatorship, in the implementation of transitional justice, and Bolsonaro's revisionism. Thus, it was possible to conclude, from the results obtained, that in terms of memory, truth and justice, spaces were left open that could be filled with negationist discourses. This is the case of Bolsonaro's Twitter, which presents historical revisionism and denies the civil-military dictatorship. This narrative, endorsed by voters in 2018, reveals the living symptom of the military period, which cannot be completely overcome, as expected, through transitional justice.

Keywords

Transitional Justice – Historical Revisionism – Jair Bolsonaro – Civil-military dictatorship

Resumen

Se sabe que la coyuntura debe ser analizada ampliamente, de forma que cuando se habla en el contexto sociopolítico actual, es necesario mirar al pasado y encararlo como parte del todo. En ese contexto, la dictadura civil-militar en Brasil ciertamente tiene raíces que permitieron la construcción de un discurso revisionista sobre el período. El papel de este trabajo, por lo tanto, es proponer una crítica a la justicia de transición, teniendo en vista la negación de la historia que se observa actualmente y, que permitió la elección de Jair Bolsonaro en 2018. Para ello, se realizó el análisis de contenido de la cuenta verificada en Twitter (actual red social X), de titularidad del ex presidente, con palabras clave sobre la dictadura, para evaluar a qué discurso se afilia ideológicamente. El objetivo es reflexionar sobre estos dos puntos: la memoria sobre la dictadura civil-militar, en la implementación de la justicia de transición, y el revisionismo de Bolsonaro. De esta forma, fue posible concluir, de los resultados obtenidos, que en términos de memoria, verdad y justicia, fueron dejados espacios en abierto que pudieron ser llenados con discursos negacionistas. Es el caso del Twitter de Bolsonaro, que presenta revisionismo histórico y niega la dictadura civil-militar. Esta narrativa, respaldada por los votantes en 2018, revela el síntoma vivo del período militar, que no puede ser superado completamente, como se espera, por medio de la justicia transicional.

Palabras clave

Justicia de Transición – Revisionismo Histórico – Jair Bolsonaro – Dictadura civil-militar

Sumário

Introdução; A polêmica como arma de negação e esquecimento: a política de Bolsonaro; Análise de conteúdo em 280 caracteres: o Twitter de Bolsonaro; Considerações finais.

– Não conseguiram nos transformar em eles – escreveu-me Cacho El Kadri. Eram os últimos tempos das ditaduras militares na Argentina e no Uruguai. Tínhamos comido medo no café da manhã, medo no almoço e no jantar, medo; mas não tinham conseguido nos transformar em eles.
(Eduardo Galeano)

Introdução

Quase sessenta anos após o golpe militar, o cenário sociopolítico brasileiro contou com dois impeachments, três vice-presidentes que assumiram a presidência e cinco presidentes eleitos pelo povo desde a redemocratização. Ainda que recente, a democracia enfrenta percalços e os desafios a nível de crise de representatividade são constantes, de forma que entender e, sobretudo, conhecer a história merece especial dedicação – mas, para além disso, importa popularizar esses conhecimentos a fim de que o debate se amplifique. Este trabalho tem como objetivo realizar o resgate histórico de informações, mas, do mesmo modo, visa analisar, na história recente, a ascensão de discursos revisionistas sobre a ditadura civil-militar, como o do presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro. Acredito que o discurso que o presidente assumiu em campanha faz parte de um discurso maior, que representa um ponto cego na justiça de transição e na construção da memória sobre esse passado.

Durante a campanha e o início do governo, Bolsonaro utilizou o Twitter (nome até então dado à atual rede social X) como uma ferramenta importante para transmitir uma mensagem que determinados grupos sociais tinham interesse em receber. Cada vez que o presidenciável compartilhava seu saudosismo à ditadura, ou sua homenagem a torturadores, todo um eleitorado se sentia representado – isso porque a extrema direita e muitos militares constroem uma memória alternativa sobre o regime militar. Essa memória revisionista e negacionista pode ser encontrada na rede social de Bolsonaro; sendo assim, proponho uma análise de conteúdo que possa analisar o revisionismo histórico sobre a ditadura civil-militar, pois a narrativa de um presidente eleito, isto é, referendado pelos eleitores, importa para criticar a justiça de transição no Brasil.

Nesse sentido, este artigo se divide em duas partes. Na primeira, abordo a atuação política do ex-presidente, sobretudo a utilização das redes sociais como ferramenta de comunicação útil ao governo, para entender por que suas manifestações no Twitter são relevantes. Na segunda, analiso os tweets de Bolsonaro relacionados

diretamente com a narrativa da ditadura civil-militar brasileira através das seguintes palavras-chave: “Regime Militar”, “ditadura” e “1964”. Com base nisso, será possível compreender de que forma o ex-Presidente Jair Bolsonaro se refere à ditadura civil-militar e o impacto que a narrativa do presidente eleito pode ter em termos de memória, verdade e justiça no Brasil, mais de trinta anos após a redemocratização.

A polêmica como arma de negação e esquecimento: a política de Bolsonaro

O termo revisionismo, aqui utilizado, tem origem na Europa em decorrência de alguns episódios históricos, como o caso da guerra civil espanhola, da ditadura Salazarista em Portugal e, do mais conhecido, do Holocausto, cujos adeptos negam as torturas praticadas contra os judeus, homossexuais, pessoas negras e comunistas (Fernandes, 2016). Este último é interessante para fins de comparação com a negação das violações de direitos humanos no caso brasileiro, por meio da reflexão desenvolvida por Loureiro e Della Fonte (2010, p. 86):

O recrudescimento desse processo conduz, na visão de Adorno e Horkheimer (1985), a uma cegueira que impede o indivíduo de perceber o sofrimento no próprio passado. Para os autores, a dominação da natureza capta sua força dessa cegueira e apenas o esquecimento a torna possível. É como se a condição transcendental da ciência, sob os auspícios de uma sociedade capitalista, residisse na perda da lembrança. Em outros termos, ‘Toda reificação é um esquecimento’ (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 215).

Percebe-se que, diante de tragédias, as relações sociais e a subjetividade humana, de forma geral, tendem a buscar o esquecimento e, portanto, negar os acontecimentos. Na Alemanha, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, o desejo era de apagar a memória, de forma que havia uma disposição geral em negar, ou ao menos minimizar, o ocorrido, sendo assim, de alguma maneira, tentar destruir o passado foi uma “tendência histórica”, cuja consequência foi o desaparecimento da consciência de continuidade histórica por parte da sociedade alemã (Adorno, 1995).

Dentre os argumentos revisionistas sobre o nazismo alemão, pode ser destacado o que os gulags soviéticos teriam precedido Auschwitz, portanto, os campos de concentração da URSS teriam causado a violência nazista (Loureiro, Della Fonte, 2010). Da mesma forma que a figura do comunismo como ameaça aparecia no contexto ideológico da Segunda Guerra, ela foi a justificativa encontrada para a intervenção

militar em 1964 e se mantém como principal pauta revisionista no Brasil. Os militares que atuaram durante o período ainda se enxergam como heróis nacionais, a partir da noção de que evitaram uma revolução armada comunista.

Para Napolitano (2015), a última fase da memória social sobre a ditadura civil militar está compreendida entre 2003 e 2014, quando, por um lado, os governos petistas aprofundam políticas de Estado nesse sentido, por outro, o revisionismo histórico, inclusive por parte de historiadores, apresenta crescimento na sociedade civil. O revisionismo representa uma ruptura à chamada memória hegemônica (Napolitano, 2022) que foi construída à época da transição democrática, momento em que as forças liberais, outrora aliadas ao golpe de 1964, afastaram-se dos militares e a ditadura se tornou insustentável. Mas, essa hegemonia não indica por si só o triunfo da justiça de transição, visto que o Estado foi negacionista ou politicamente insuficiente em diversas ocasiões em termos de memória, verdade e justiça.

No contexto dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff nos anos 2000 e 2010, a vontade política para instituição de mecanismos que resgataram a memória hegemônica trouxe a questão ideológica ao cenário político brasileiro e a direita se pôs a assumir novas ideias, no que pode ser chamado de “a nova direita” (Napolitano, 2015). As visões revisionistas da história não são novidade em relação à ditadura no Brasil, como sempre foi exposto pelos militares que até hoje defendem a legalidade do regime: é o caso do Coronel Brilhante Ustra nos livros “A Verdade Sufocada” (2006) e “Rompendo o Silêncio” (1987) e do Coronel Marco Pollo Giordani, em “Brasil Sempre” (1986) (Santos, 2014). Ou seja, a história se encontra em constante disputa, logo, preencher os espaços com fatos descobertos, em divulgação da verdade, e investigar essa verdade, é uma tarefa a ser assumida em conjunto no país. É parte do pacto constitucional assumido em 1988.

Mas, ao contrário, esse espaço hegemônico e historicamente pacificado passou a sofrer questionamentos, sobretudo em relação à necessidade do golpe militar frente à ameaça comunismo, além do crescimento de movimentos que pediam por intervenção militar. Quando se fala na fragilidade da justiça transicional, fala-se nesses espaços que foram deixados em aberto por tempo demais, até o ponto de fatos e opiniões se tornarem turvos. Assim foi com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída apenas em 2011. Entre as ausências e excessos da transição, é possível traçar

um paralelo com a conjuntura das eleições de 2018, quando a política do medo guiou o processo eleitoral, no intuito de unir uma parcela da população contra o “mal maior”, isto é, a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT). É a mesma lógica anticomunista aplicada em 1964.

Sabrina Fernandes (2017, p. 206) trabalha com o conceito de ultrapolítica aplicado ao Brasil como fator da despolitização. Em Žižek (2016), a ultrapolítica é a política concebida na forma de guerra, a partir da qual o relacionamento com os “Outros” se dá na figura de verdadeiros inimigos. Esse antagonismo é diferente dos que efetivamente existem na sociedade capitalista, como de classe, gênero e raça, porque o discurso não busca a superação de um problema social, mas a manutenção do status quo. Nesse sentido, a ultrapolítica é um pensamento militarizado (Fernandes, 2017, p. 206) que direciona sua militarização no projeto de sociedade e acaba permeando todas as áreas de conhecimento, sendo exemplos o sistema penal, a segurança pública e, evidentemente, os processos eleitorais e/ou democráticos.

Importante, portanto, verificar através de quais aspectos a justiça de transição aplicada no caso brasileiro, com suas ambiguidades, contribuiu para a ascensão de um discurso como o que culminou na eleição de Jair Bolsonaro. Entender o processo político, ainda que já sob um regime democrático, como guerra, desencadeia desinformação e negacionismo. Consequentemente, a despolitização rechaça a memória e a verdade pois não pretende enfrentar os verdadeiros conflitos sociais, dentre eles os advindos da ditadura civil-militar – o enfoque está em combater falsas ameaças, fantasmas. Durante as eleições presidenciais de 2018, a construção do inimigo “corrupto”, e “anticorrupção” foi precípua no desenvolvimento do discurso eleitoreiro, que acabou obtendo êxito, assim como o discurso de Bolsonaro. Sua afeição pelos governos militares não era segredo mesmo quando deputado, mas, afinal, qual é o problema disso?

Sobre a imagem de Bolsonaro no cenário político enquanto deputado, houve uma grande preocupação com as redes sociais, a partir da ideia de que a persuasão política depende menos da argumentação do que do espetáculo. Dessa forma, nas suas mídias, trabalha a visão do defensor da família e liberdade, discurso conservador que desperta seguidores. Além disso, pode ser identificada forte linguagem de ódio e medo em relação à apologia às armas, de acordo com o estudo de Deysi Ciocari e Simonetta

Persichetti (2018), sobre a comunicação social do então deputado. Percebe-se, nessa composição, que o revisionismo em torno da ditadura não é a única forma de negação de fatos no discurso do ex-presidente, pois sua construção espetaculosa conta com o afastamento a qualquer opinião progressista em termos sociais, de forma que para ele, a polêmica se tornou um marketing. Nesse sentido, “[...] enquanto publicidade é a arte de vender por anúncios, Bolsonaro e seus seguidores fazem marketing: conhecem os comportamentos dos seus eleitores” (Cioccarì, Persichetti, 2018, p. 69).

Esse comportamento com as redes sociais e a imagem política não é exclusividade brasileira: nos Estados Unidos, o ex-presidente Donald Trump também se utilizou do Twitter como veículo de opinião e, mais do que isso, no governo estadunidense a conta do ex-presidente foi a plataforma oficial de repasses. A exemplo disso, ao assumir a presidência, Bolsonaro, confesso admirador de Trump, passou a fazer os anúncios oficiais de governo através do Twitter, de forma que se tornou uma fonte das políticas do poder executivo federal. Em 2019, um levantamento feito pela Gaúcha ZH (2019), a respeito dos cem primeiros dias de governo do presidente, apontou que os tweets de Bolsonaro são dedicados a alardear propostas, interagir com seguidores e atacar adversários.

Durante a pesquisa foram analisados 804 tweets e retweets do perfil oficial entre 1º de janeiro e 8 de abril de 2019, 98º dia de gestão, dos quais concluiu-se que um a cada seis representaram críticas a pessoas ou grupos (17% das postagens). Um alvo importante no Twitter do presidente, e com perigosos reflexos, foi a imprensa, presente explícita ou implicitamente em 70 das 137 postagens. Para a professora Raquel Recuero, citada na matéria, o ex-Presidente, em seu perfil pessoal, não falava apenas por si somente, mas representava um lugar de fala institucional, como o CEO de uma empresa, ou seja, foi a posição oficial de uma instituição (Pivotto Jr., Becker, 2019). Nesse caso, o Brasil enquanto nação, pela figura de Bolsonaro, criticava seu jornalismo e revia a história constantemente, instituindo inimigos mesmo após a vitória eleitoral – a política como guerra, portanto, não findou com o processo eleitoral.

Apesar da contextualização acima, não cabe a este trabalho analisar o impacto das redes sociais no governo Bolsonaro ou nas eleições de 2018. Contudo, ela aponta sintomas sociais essenciais para a compreensão do cenário despolitizado cujo discurso é revisionista em relação à ditadura civil-militar. A popularidade do ex-presidente, que

constantemente se manifesta a favor das Forças Armadas e do regime militar, coloca à prova a efetividade da justiça de transição implementada (ou não) desde 1985. Parece necessário trazer como exemplo um momento da gestão de Bolsonaro, em março de 2019, quando ele determinou ao Ministério da Defesa que fizesse as “comemorações devidas” do dia 31 de março, data do golpe militar de 1964 (Mazui, 2019).

Quanto ao episódio, a ONG Humans Rights Watch, dedicada à vigilância dos direitos humanos, publicou uma nota em 27 de março de 2019 com o título “Bolsonaro comemora ditadura brutal”, denunciando a atitude. A Defensoria Pública da União ingressou com ação civil pública a fim de barrar a determinação da comemoração, sob o argumento de que comemorar o regime que promoveu torturas e mortes atenta contra a moralidade administrativa. Por outro lado, no contexto interno, o porta-voz do presidente da república, Otávio Rêgo Barros, afirmou sobre o caso que:

‘O presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar. Ele considera que a sociedade, reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se, civis e militares, e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país em um rumo que, salvo o melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém’ (G1, 2019)

Essa fala, que representa o pensamento bolsonarista, não deixa espaço para dúvidas sobre a negação do passado. No entanto, o discurso não é surpreendente, já que foi frequente ao longo da trajetória política de Bolsonaro. Pode-se concluir, então, que o desejo popular acompanhou a ascensão revisionista representada por Jair Bolsonaro, que representa o “mito”, aclamado em campanha, capaz de conduzir o país em direção aos anseios revisionistas (além das demais pautas da extrema-direita com as quais estava comprometido). Sobre isso, mais especificamente, será analisado adiante em suas publicações envolvendo a ditadura; mas aqui, retorna-se ao questionamento sobre a problemática que envolve a vitória ideológica desse discurso sob um regime democrático, consolidado pela Constituição Federal.

A instabilidade democrática que o discurso de Bolsonaro representou, como candidato e como Presidente da República, pode estar relacionada com a ditadura e a transição. Anibal Pérez-Liñan (2009) relaciona a instabilidade presidencial em países latino-americanos com as transições adotadas com o fim de ditaduras que se utilizaram da segurança nacional. Entre o impeachment de Fernando Collor no Brasil, em 1992, e o ano de 2004, foram depostos outros dez presidentes na América Latina, cuja história

se assemelha à brasileira; assim, foi possível verificar um novo modo de instabilidade política própria da região (Silva Filho, 2018). Quanto a isso, aponta fatores nesse processo:

Em seu estudo comparativo, Pérez-Liñán identifica a confluência de quatro fatores desse novo processo: a ausência de participação das forças armadas, a existência de protestos sociais de grande expressão em face de denúncias de corrupção ou diante de crises econômicas, a presença da mídia como uma espécie de vigilante moral público da sociedade e um baixo nível de apoio parlamentar ao presidente eleito, além da participação decisiva do parlamento na deposição do Presidente na moldura constitucional (Silva Filho, 2018, p. 1297).

Posteriormente, ainda, e objeto do trabalho de Moreira Filho, ocorreu o impeachment de 2016 da ex-Presidenta Dilma Rousseff, substituída pelo vice Michel Temer até o final de 2018, ou seja, sobrevieram fatos políticos extremamente relevantes. Já com a eleição seguinte, o país foi levado a um antagonismo que merece ser analisado como fenômeno social, sobretudo quando se fala em negacionismo histórico e na construção de “mitos”. Nesse sentido, Achille Mbembe, ao desenvolver a ideia de necropolítica, isto é, política de morte, acredita na existência de um direito de matar do Estado, cujas bases normativas seriam o estado de exceção e a relação de inimizade, de tal forma que o poder continuamente procura a exceção, a emergência e um inimigo ficcional (Mbembe, 2003).

Essa política de morte, na concepção biopolítica de Foucault, tem como maior exemplo o Estado nazista, em que a gestão foi completamente permeada pelo direito de matar a partir de questões biológicas. O tema do inimigo, na ocasião, faz com que o Estado entre em guerra contra estes, e, ao mesmo tempo, exponha seus próprios cidadãos a ela, quando deveriam ser tutelados, e, assim, “combinava as características de Estado racista, Estado assassino e Estado suicida” (Mbembe, 2003, p. 128). “Assim, o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errante de criar um espaço em que o “erro” seria reduzido, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado” (Mbembe, 2003, p. 130).

Dessa forma, a política como guerra constrói também seus inimigos políticos, bem como na despolitização de Žižek, na concepção da ultrapolítica, que entende o pensamento militarizado como gerador de uma guerra contra o outro – e, nesse caso, o

outro como uma inimizada inventada, um risco inexistente na materialidade. Aqui, portanto, traça-se um paralelo entre o período de ditadura civil-militar, quando o golpe foi justificado pelo medo de uma ascensão comunista, e o cenário político de 2018, quando foi eleito o candidato que reforçava esse discurso, já superado pela história, e, desse modo, revisionista. Além disso, também criou inimigos novos a serem combatidos, como a corrupção e o próprio governo petista de maneira geral.

Como exposto, é característica dos Estados que passaram por uma transição do autoritarismo à democracia na América Latina um novo tipo de instabilidade democrática, o que explica tantas deposições presidenciais, seguidas de eleições polarizadas. Ocorre que a polarização das eleições com Bolsonaro não foi um embate político real, com discordâncias ideológicas partidárias, mas sim uma percepção falsa, a partir da despolitização e da ultrapolítica, cujos debates não trazem avanço ou novas perspectivas, somente ódio e afastamento à análise coletiva (Fernandes, 2017). O contexto sociopolítico recente, nesses termos, foi analisado por Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco (2019) após a pesquisa do Datafolha de 2017 apontar que 60% dos eleitores do até então pré-candidato às eleições, Jair Bolsonaro, eram jovens entre 16 e 34 anos. Ela relacionou esses dados com o fenômeno do lulismo na periferia.

A pesquisa, realizada no Morro da Cruz, em Porto Alegre, verificou nesses adolescentes primeiramente a divergência de opinião entre meninas e meninos, sendo estes mais propensos às ideias bolsonaristas. O interesse pelos discursos sobre segurança pública do candidato, bem como questões sobre o sistema penal e prisional, e principalmente a resposta armamentista a esses problemas ficou visível nas conversas com os adolescentes. Já em relação à ditadura, nenhum defendeu um retorno; contudo, achavam importantes valores como “pulso”, “ordem”, “disciplina”, “mão forte” e “autoridade” (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018). Apesar de serem pessoalmente atingidos pela violência policial nas comunidades e críticos a essa problemática, o militar para os jovens ainda aparece como uma figura salvadora, que representa a única opção de restabelecimento da ordem.

Evidente que entender esses valores pertencentes à lógica do Exército Brasileiro e do próprio Jair Bolsonaro como solução aos problemas sociais não é um fenômeno natural, para compreendê-lo é preciso voltar alguns degraus na história. Com uma justiça de transição efetiva, para rejeitar o estado de exceção autoritário e

despertar o apreço pelos valores democráticos, é possível que o pensamento político dos jovens seria outro. Acredito que as lacunas da memória, não devidamente preenchidas com verdade e horizontalizadas com justiça, são facilmente preenchidas por outros discursos políticos. Por isso, busco traçar paralelos que denunciem os pontos a progredir na incompleta transição brasileira, que permitem a Bolsonaro promover o revisionismo histórico, ser eleito dessa forma, e presidir o país por quatro anos sem interrupção, no país que se diz preocupado com memória, verdade e justiça.

Por outro lado, Pinheiro-Machado e Scalco (2018) apontaram, ainda, o protagonismo feminino entre as jovens, que se posicionavam durante aulas e encabeçaram as ocupações secundaristas, a chamada “virada anticapitalista da juventude”, ocorrida em 2016, autodeclaradas feministas. Além disso, se fortaleceram os movimentos antirracistas e LGBTQIA+. Essa disputa por poder político de meninas despertou nos meninos a sensação de perda do protagonismo, de maneira que foram críticos às suas lutas, ao encontro das falas bolsonaristas. Entretanto, não se pode reduzir à questão de gênero a ascensão da figura de Jair Bolsonaro entre os adolescentes homens, aliás, seria simplista considerar como uma reação ao levante feminista, já que as masculinidades desses jovens são desafiadas em diversos outros momentos pelas mazelas sociais, como pela violência pública, assunto no qual o candidato era mencionado com afinho (Pinheiro-Machado; Scalco, 2018).

Esses apontamentos expõem a realidade da juventude que adere à política de guerra e, pelo menos em parte, endossa o discurso predominante do ex-Presidente. Merece atenção o fato de eles rechaçarem a volta de uma ditadura militar, mas, ainda assim, apoiarem o candidato que abertamente questiona os discursos e lutas por memória, verdade e justiça. O mesmo se repete com vários eleitores de Bolsonaro, e, todavia, o ex-Presidente não parece se preocupar em mudar esse posicionamento para respeitar as vítimas e familiares que sofreram violência política durante os anos de ditadura sangrenta. Nesse sentido, portanto, este trabalho se debruça sobre a conta pessoal de Jair Bolsonaro no Twitter, que ele utiliza como fonte oficial do governo, a fim de analisar sua posição através de termos chave para a discussão da ditadura e da justiça de transição.

Análise de conteúdo em 280 caracteres: o Twitter de Bolsonaro

Para examinar o conteúdo das postagens de Jair Bolsonaro em sua conta pessoal no aplicativo Twitter, que muitas vezes foi usada como plataforma de comunicação do governo, esta seção objetiva buscar, através das palavras-chave “Regime Militar”, “ditadura” e “1964”, os tweets do ex-Presidente e ex-Deputado Federal sobre a temática, desde a criação da conta até o primeiro semestre de 2019. A partir disso, foi possível categorizar esse discurso para entender de que forma ele encarou essas pautas, e se houve ou não uma filiação ao revisionismo histórico do período. Para isso, a análise do conteúdo contou com questões de trabalho que foram respondidas a partir das postagens, quais eram: 1. O que foi dito sobre o tema (utilizando-se do termo) no Twitter?; 2. A qual discurso ideológico essas falas se filiam? Dessa forma, foi possível falsear a hipótese levantada sobre negacionismo da ditadura por parte de Bolsonaro. Numericamente, foram obtidos os seguintes resultados a partir destas palavras-chave:

Tabela 2 - Levantamento quantitativo dos tweets analisados pela conta de Jair Bolsonaro

Palavras-Chaves	Número de tweets em 2019	Número de tweets
	(gestão de governo)	anteriores a 2019
“Ditadura”	05	37
“Regime Militar”	01	09
“1964”	01	18

Fonte: Elaboração própria

Por meio da ferramenta de pesquisa avançada no aplicativo Twitter (como então se denominava a atual rede social X)³, foi possível buscar cada um dos termos entre as postagens do perfil de Jair Bolsonaro (@jairbolsonaro), conta verificada do ex-Presidente, desde sua entrada na rede social, em março de 2010. Dentre os dados obtidos, separaram-se os referentes ao primeiro semestre de 2019 a fim de examinar quais discursos foram proferidos enquanto Chefe de Estado no Brasil, dos postados nos anos anteriores. Contudo, merece destaque também o período de 2018, quando em época eleitoral (com eleições presidenciais em outubro de 2018), o discurso era de campanha. A escolha das palavras-chave teve relação com a habitualidade com que se refere ao período militar, e a partir delas nota-se com nitidez a posição de Bolsonaro sobre a história brasileira no período de 1964 a 1985.

Primeiramente, a partir do termo “ditadura”, foram encontrados cinco tweets em 2019: desses, quatro se referiam à “ditadura cubana” e à “ditadura venezuelana”, nas palavras do ex-Presidente. Dos 37 anteriores, 18 também eram relacionados à Cuba ou à Venezuela, os quais não cabem serem analisados em específico aqui; contudo, apresentam um ponto interessante do discurso. Em relação à ditadura civil-militar, em 18 de fevereiro de 2019, Bolsonaro questionou a Comissão da Anistia nos seguintes termos: “Seguindo a determinação de transparência e responsabilidade com os recursos públicos, prioridade em nosso governo, a ministra @DamaresAlves realizará auditoria dos benefícios suspeitos concedidos a "vítimas da ditadura" nos últimos anos pela Comissão da Anistia” (Bolsonaro, 2019)

A postagem acima, sendo a única sobre a ditadura militar brasileira desde a posse, apresenta um teor questionador sobre a veracidade de indenizações concedidas às vítimas da ditadura pela Comissão da Anistia. Nesse sentido, Bolsonaro sugeriu uma auditoria pela ex-Ministra Damares Alves, do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – antigo Ministério dos Direitos Humanos, alterado pelo próprio governo Bolsonaro. A expressão “vítimas da ditadura” foi mencionada entre aspas, de forma que manifesta um desejo de, ao menos, não endossar a ideia de que realmente houve alguma opressão e, portanto, vítimas durante o período. Nesse sentido, se questiona, a que discurso ideológico isso se coaduna? Desde já, é visto que, no que se refere à política de Estado, o único interesse do governo foi deslegitimar o sistema de justiça que concede as indenizações, ou seja, houve um esforço efetivo e contrário à justiça transicional nos termos que este trabalho expôs acima.

Além disso, o negacionismo aos fatos (torturas, assassinatos, estupros e demais violências políticas) aparece quando, afora o questionamento às indenizações, uma das poucas medidas compensatórias implementadas no país pós- ditadura, utilizou aspas para se referir às suas vítimas. Por outro lado, nos demais quatro tweets encontrados em 2019 contendo a palavra “ditadura”, Bolsonaro não apresentou a mesma resistência e cuidado em não opinar ao afirmar a existência de regime ditatorial em Cuba e na Venezuela, de forma que não se trata de um comportamento neutro e cuidadoso, mas bastante ideológico no sentido revisionista do período. Somam-se a isso os outros tweets sobre ditadura militar encontrados nos anos anteriores, pois evidenciavam um posicionamento de negação que, quanto mais antigo, mais se mostrou enérgico. Em

setembro de 2018, período de campanha presidencial, o então candidato postou: “Enquanto insistem em falácias, rótulos e na fixação pela palavra “ditadura”, são mais de 14 milhões de desempregados, cidadãos reféns em suas próprias casas, 60 mil homicídios e 50 mil mulheres estupradas por ano. É disso que o povo quer saber! É urgente! É daqui pra frente!” (Bolsonaro, 2018)

Diante da crítica trazida pela oposição relativa às declarações do então candidato sobre a ditadura, a postagem buscou apontar para o que seria seu verdadeiro propósito, os problemas sociais brasileiros, para além da questão do passado. Da mesma forma, o discurso se alia ao pensamento negacionista na medida em que busca simplesmente esquecer e não discutir o ocorrido no período; nada obstante, supõe que os interessados na pauta da ditadura civil-militar não pautam o desemprego, a segurança pública e a violência. Entretanto, se percebe que a defesa de Bolsonaro a essas críticas é apenas desvirtuar o assunto, uma vez que não está presente nas suas intenções alguma medida a título de memória, verdade e justiça. Curiosamente, há outro tweet de conteúdo quase idêntico postado em 31 de julho de 2018, como uma espécie de defesa padrão.

Em fevereiro de 2018, ao veicular vídeo de programa da Rede Globo que mostrava a importância das armas para segurança das famílias, o ex-Presidente escreveu: “A TV Globo nasceu em 1965 (ditadura?)” (Bolsonaro, 2018). Novamente, a existência de uma ditadura durante o período foi posta em questionamento em seu Twitter de forma direta. Entretanto, em conteúdo de setembro de 2017, divulgou imagem de notícia sobre sua pré-candidatura a declarando como “fake news” (notícia falsa): “A fakenews ataca novamente! ‘Comentários misóginos’, ‘apoio à ditadura militar’? MEU DEUS!” (Bolsonaro, 2017). Com essa postagem, é possível perceber que Bolsonaro não se reconheceu como apoiador da ditadura; todavia, as declarações obtidas no mesmo veículo apontavam que ele colocava em dúvida as violações de direitos humanos praticadas. Ao questionar a ditadura e desacreditar as vítimas desta, o juízo aplicado sobre a situação pareceu exposto e bem posicionado.

Em 2017, ainda, duas postagens apareceram divulgando material que negava a ocorrência da ditadura, um por meio de um link para vídeo com fala de Ives Gandra Martins Filho, jurista e professor brasileiro, na qual relativiza as repressões do período, e Bolsonaro citou uma frase no tweet: “Ives Gandra: ‘A lei da anistia foi escrita pelos

advogados dos guerrilheiros...ñ houve ditadura militar no Brasil” (Bolsonaro, 2017). O outro, do mês de maio, compartilhava entrevista dele mesmo para o jornalista Matheus Leitão, filho de Míriam Leitão e autor do livro “Em nome dos Pais”, sobre o período militar. Na postagem do Twitter, lê-se “Relato q vc ñ verá no livro do filho d Mirian Leitão, q ao lado do PCdoB buscava implementar uma ditadura no Brasil. (sic) (Bolsonaro, 2017)”, e nas imagens, afirmava que as (os) militantes opositoras (es) à época eram criminosas (os) e, portanto, era necessária “postura enérgica” dos militares.

Ainda mais diretos, os tweets mais antigos sobre a ditadura militar afirmavam de forma expressa que não houve ditadura no Brasil. Em 2016, Bolsonaro compartilhou um vídeo postado no YouTube sob o título “Nunca houve ‘ditadura militar’ no Brasil! Mentiram pra vc jovem!”, o qual se tratava de trecho de entrevista com o historiador Marco Antônio Villa – que acreditava que entre 1964 e 1968 não se pode utilizar o termo ditadura no contexto brasileiro, visto que houve voto direto e pouca censura, conforme o vídeo (Monteiro, 2015). A partir disso, o autor do canal, reiterado por Bolsonaro em sua conta, afirmava que “nunca houve ditadura”, baseado somente em pouco mais de 13 minutos de entrevista incompleta com o profissional, e, portanto, sem o devido contexto, e parte para chamar de mentira os fatos históricos que até hoje seguem sendo investigados e que tanta dor causaram às vítimas.

Desse modo, resta evidente que o discurso do presidente na plataforma desejava negar expressamente toda a construção de memória para transição resgatada inclusive neste trabalho, além de que tampouco parece preocupar-se em esconder essa posição. Em sequência, Bolsonaro postou frases como “Ainda existem ‘INOCENTES’ que acreditam em ESQUERDA DEMOCRÁTICA e que houve uma DITADURA MILITAR NO BRASIL (sic)” (Bolsonaro, 2015) e “BLOG FAMÍLIA BOLSONARO: OBRIGADO FORÇAS ARMADAS, POR GARANTIREM QUE HOJE NÃO VIVAMOS EM UMA DITADURA COMO A DE CUBA (sic)” (Bolsonaro, 2015), este último seguido de um link para o blog “Família Bolsonaro” onde há um texto de agradecimento às forças armadas por salvar o Brasil da ditadura comunista – a “outra face da história”, termo utilizado na postagem e comum a título de revisionismo histórico. Esse último data de 31 de março de 2015, aniversário do golpe militar, não coincidentemente em 2019, conforme já abordado, o ex-P residente permitiu comemorações nas instituições militares.

Em 2014, Bolsonaro escreveu “ESQUERDA E DITADURA: O NAMORO QUE A GRANDE MÍDIA OMITE.” (Bolsonaro, 2014), seguido novamente de link para o blog da família, onde se encontra texto intitulado “FILHA DE LUIS CARLOS PRESTES RECEBE PENSÃO DE GENERAL E SE DIZ ORGULHOSA DO PASSADO DE SEU PAI. A HISTÓRIA QUE A GRANDE MÍDIA NÃO CONTA”, cuja fonte das informações é o livro “A Verdade Sufocada”, de Brilhante Ustra (Família Bolsonaro, 2014). Verifica-se novamente a ideologia negacionista dos fatos, sempre acompanhada de tons de descrédito envolvendo a mídia, característica que acompanhou seu governo, situação que inclusive demarca a dificuldade de se lidar com a verdade em tempos de negação.

Em sequência, há uma série de tweets que parecem questionar o recebimento de indenizações pelas vítimas da ditadura, as quais Jair chama de “Bolsa-Ditadura”, como: “Há mto vagabundo 171 recebendo bolsa-ditadura e opinião sobre Marcha da Família. (sic)” (Bolsonaro, 2014); “Da noite para o dia apareceram 50 mil presos pela ‘ditadura’. C/ bolsas (\$\$\$) pra lá e pra cá, o governo vai aumentando seu rebanho. (sic)” (Bolsonaro, 2013) e “EM ‘DITADURA’ SEM PAREDÃO, ATÉ CHICO ALENCAR É VALENTÃO. Mostrem ao povo as marcas da tortura. Vcs estão d bolso cheio do Bolsa-Ditadura.(sic)” (Bolsonaro, 2010). Novamente, ditadura aparece entre aspas e o tom do conteúdo produzido por Bolsonaro parece constantemente querer desmascarar algo sobre o período militar.

É interessante notar que os tweets de 2010 a 2014 que desacreditavam as vítimas e suas restituições monetárias em um momento no qual as políticas de Estado nesse sentido se intensificaram, se tornaram o tweet já analisado em 2019, em que Bolsonaro anunciava que ia averiguar os benefícios concedidos pela Comissão da Anistia. Esgotadas essas postagens, passa-se aos resultados da palavra-chave “regime militar”, escolhida sobretudo em razão de o ex-Presidente costumar utilizá-la, uma vez que resiste em considerar o período como ditadura, no sentido já visualizado acima. Em 2019, foi encontrado um resultado, que vem a ser o mesmo encontrado na busca pelo termo “1964”, pois engloba as duas expressões, da seguinte forma:

"Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada." Roberto Marinho, Presidente da Globo, ao final do Regime Militar.

"[...] os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um 'pronunciamento' ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários." Roberto Marinho, Presidente da Globo (Bolsonaro, 2019).

Para melhor compreensão dessa opinião, foi pesquisado também o termo "Roberto Marinho", a título de contextualização, com o que foi possível entender que o ex-Presidente acreditava que, se na visão do ex-presidente da Globo a intervenção militar era positiva, então não houve censura à imprensa, de maneira que não se tratava de ditadura. Isso pode ser depreendido de postagem em abril de 2017, na qual se lê: "Onde, no mundo, uma imprensa livre nasceu num período ditatorial? Mais do q falsear a verdade a Globo desonra a biografia d Roberto Marinho" (Bolsonaro, 2017) , nesse sentido, portanto, é a interpretação do tuíte mencionado acima. Ao expor a fala de Roberto Marinho, Bolsonaro deseja referir que, se houve criação da própria emissora em 1965, e esta entendia o golpe como a vontade de povo, não se trata de ditadura, mas "revolução", nos termos do próprio texto. Sobre a pauta da Globo aparecem outras postagens anteriores a 2019 de conteúdo semelhante, como por exemplo: "Não entro no mérito do que acham os que hoje comandam a Globo. Apenas lembrei o que disse o senhor Roberto Marinho, falecido em 2003, sobre o Regime Militar. A nota de mea-culpa citada por Miriam Leitão foi lançada 10 anos após sua morte" (Bolsonaro, 2018)

Mais uma vez a fim de condenar o outro lado, em tese ameaçador, dos movimentos comunistas e revolucionários que atuavam no período, em 2016 publicou vídeo editado que mostrava a ex-Presidenta Dilma confessando atos de organizações à época, como foi o caso do sequestro do embaixador americano, bem como imagens de Hugo Chávez se referindo à Dilma como militante na ditadura. Bolsonaro e seu filho também apareceram, chamando a ex- Presidenta, à época candidata, de "terrorista", e escreveu no tweet junto ao link: "FRANKLIN MARTINS e DILMA: as mesmas características no Regime Militar e atualmente. Assista eles por eles mesmos!" (BOLSONARO, 2016). Ainda nessa linha de argumentação, foram várias as postagens sobre a violência dos movimentos de resistência durante o regime, como por exemplo, em 2015 "Chico roubava carros e Dilma cargas e cofres! A ligação destes vai mto além do dinheiro, mas d ideal! Ambos 'combatentes do Regime Militar'!" (Bolsonaro, 2015); "ZÉ DIRCEU PEDIRÁ QUAL MÚSICA P/ O FANTÁSTICO? Preso no Regime Militar, no Mensalão e agora no Petrolão." (Bolsonaro, 2015); "Vídeo censurado: narrativa d

guerrilheiros d como matavam até os próprios companheiros e culpavam Regime Militar.” (Bolsonaro, 2014).

Não carece de transcrição cada um dos tweets , pois o conteúdo trazia a mesma ideia, no caso, de negar os abusos da ditadura por meio da noção de que “ambos os lados se excederam”, dessa forma, não haveria opção senão os tratamentos impostos. Os principais alvos de Bolsonaro, nos tweets analisados, foram Dilma Rousseff, que foi presa política no período, José Dirceu e Chico Alencar, já mencionados anteriormente também. Outra postagem encontrada também compara o regime militar à “democracia esquerdista”, por meio de fotos onde se percebe, nos anos 1970, mulheres na praia em momento de lazer e, de outro lado, em 2015, meninos negros na praia em situação que parece se tratar de um arrastão. Dessa vez, Bolsonaro se referiu a uma “democracia PTista”, e em cima, “vejam a ‘ditadura sanguinária’ e horrível, segundo os esquerdistas” (Bolsonaro, 2016).

Mais uma vez, é evidente que o ex-Presidente trazia ao campo da opinião os fatos históricos que vinham sendo expostos sobre a ditadura civil-militar há anos. Contudo, cou be o questionamento sobre a efetividade da justiça de transição, uma vez que as 818 curtidas na postagem, cujo conteúdo revisionista culpava a esquerda pelas violações de direitos humanos que aconteceram no Brasil, apontavam para o fracasso das políticas de memória. Ou, talvez, a memória ainda está em disputa com setores militares e simpatizantes, representados pela figura da família Bolsonaro. Finalmente, então, sigo para a última expressão usada na pesquisa, “1964” – nesta, a postagem de 2019 já foi analisada pela palavra-chave anterior, e pelo cruzamento dos termos, foi encontrada outra postagem já trazida também.

Em tweet de 2018, José Dirceu tem seu vídeo divulgado por Bolsonaro, em que aparece comemorando um Habeas Corpus concedido ao presidente Lula naquele momento, e aparece escrito: “Olhe quem está por trás do HC do Lula... Tão grave quanto a corrupção... É o aparelhamento das instituições no Brasil. A esquerda, ao contrário como muitos pensam, está melhor preparada que o pré 1964...” (Bolsonaro, 2018). Novamente sobre o golpe, o ex-Presidente produziu conteúdo no intuito de condenar a esquerda em 1964 como organização que ameaçava a democracia, a fim de justificar a intervenção militar que perdurou por 21 anos. Outro vídeo veiculado em seu perfil, em junho de 2018, foi uma gravação de sua televisão em que aparecia, durante

telejornal da Globo, uma fala de Pedro Dallari, então integrante da Comissão Nacional da Verdade, a respeito de corrupção durante os governos militares, em seguida, o então candidato à Presidência se manifestava no sentido de que as acusações de corrupção seriam por medo de sua vitória no processo.

Na gravação, o candidato questionava: “Estão com medo do quê? De um candidato honesto, de um militar, de um patriota? Está com medo do quê, Rede Globo? Ou de perder a sua boquinha na propaganda oficial do governo? (sic)”. Sabe-se que durante a campanha eleitoral de Bolsonaro, esses discursos eram comuns e a imprensa era tida como inimiga - bem como diversos outros inventados no cenário ultrapolítico. Nessa ocasião, ele respondeu, como se para si, uma crítica feita aos regimes militares, de maneira que se identificava como parte dessas estruturas. Não obstante, juntamente ao vídeo, refere em sua postagem da seguinte forma:

- O petista Pedro Dallari , a serviço da Globo, fala em corrupção no governo militar.
- Estariam com medo da possível eleição de um militar em outubro?
- Em editorial de capa do Jornal O Globo de 07/out/1974, Roberto Marinho diz que participou da Revolução de 1964. (Bolsonaro, 2018)

É possível visualizar mais uma vez a referência a Roberto Marinho e suas posições políticas, já que Bolsonaro entendia haver uma relação assíncrona entre a postura atual da emissora e as opiniões de seu fundador. Por isso, então, a crítica quando a Rede noticia qualquer questão relacionada à memória, verdade e justiça. Dessa forma, o discurso produzido no perfil parece se aliar a uma ideologia acrítica aos governos da ditadura civil-militar uma vez que desacredita nos erros, excessos e violações de toda sorte. Para além dessa problemática, Bolsonaro ainda tem o hábito de comemorar o 31 de março anualmente e parabenizar os militares que atuaram à época, como foi visto nos os tweets já mencionados, e foram muitos os exemplos encontrados pela expressão 1964. De 2014 a 2018, o então deputado saudou o golpe militar anualmente em seu Twitter, neste último, ano eleitoral, publicou imagens de seu discurso na Câmara dos Deputados , em que afirmava que aqueles anos foram “apelidados de ditadura”, e que o povo clamava pela intervenção.

Não suficiente, junto ao vídeo, publicou a mensagem: “31 de março de 1964. Hoje todos sabem contra quem lutamos no passado. Mais importante que a própria vida é a liberdade de um povo, pois SEM LIBERDADE NÃO HÁ VIDA! Parabéns Brasil pelas

suas Forças Armadas” (Bolsonaro, 2018). Ainda mais impactante, em 2017 tuitou: “31 DE MARÇO DE 1964: A VERDADE TORTURA!” (Bolsonaro, 2017), e juntamente divulgou imagem em que se lê que os militares livraram o Brasil de ser uma nova Cuba. Novamente, em 2014, Bolsonaro estendeu uma faixa em frente à Esplanada dos Ministérios celebrando o golpe de 1964, e em 22 de março do mesmo ano, realizou ato para celebrar os 50 anos da Marcha da Família. A movimentação em 2014 aconteceu quando Bolsonaro apresentou um pedido para sessão solene no plenário em celebração à data que foi aceito pela Câmara, de acordo com o tweet de 21 de março de 2014, cujo link para reportagem não funcionava mais quando consultado.

O impeachment da presidenta Dilma também foi pauta no Twitter, quando era ainda discussão durante o ano de 2016. Em suas postagens, Bolsonaro salientou sua prisão na ditadura: “Senadores deixam Dilma elegível p/ ela continuar esculhambando-os, mas o choro é livre: o Congresso a cassou em 1964 e a cassou em 2016!”; “BRASIL ACIMA DE TUDO! DEUS ACIMA DE TODOS! Cassados pelo Congresso em 1964 e cassados pelo Congresso em 2016.”; “Perderam em 1964, perderam de novo em 2016. #VoltaPraCadeiaQuerida #choraPT #choraPSOL #choraREDE #choraPCdoB”, e “Dilma se colocando como perseguida em 1964 e 2016. Se a doutrinação ideológica nas escolas continuar, já sabemos o final desse novo filme!” (Bolsonaro, 2016). Com essas colocações, que ele traz constantemente sobre as vítimas da repressão no regime militar, Bolsonaro se atém à ideia de que as punições, quaisquer tenham sido, sofridas por essas vítimas, foram justas por ousarem defender causas e bandeiras proibidas na ditadura.

Num contexto de censura e exceção, a insurreição de oposição, na visão de Jair Bolsonaro, deve ser criminalizada dentro de seu próprio universo que tudo criminaliza e proíbe, mas, para além disso, essa criminalização é resgatada para o presente, como se seus inimigos nunca pudessem perder a etiqueta de “terroristas”. Trata-se, certamente, de revisionismo histórico com cunho, muitas vezes, eleitoreiro, pois frente a isso, se apresenta como a solução do problema. Além disso, o ex-P residente apresenta semelhanças entre o dito cenário de crise pré-1964 e o então atual, para argumentar que ele é necessário agora da mesma forma que os militares foram necessários quando interviram no passado. É o que se vê neste tuíte de 2015: “Crise

econômica, ameaças da esquerda...em 2015, quanta SEMELHANÇA c/ 1964...e a pergunta: QUEM SALVARÁ O BRASIL?" (Bolsonaro, 2015).

A pergunta retórica trazida foi uma questão complexa para a sociedade brasileira, mas para ele, parecia estar respondida na imagem de um espelho. Finalizando a análise do Twitter de Jair Bolsonaro, pode-se dizer que as interpretações não precisam ser muito extensivas para serem enquadradas no negacionismo histórico, na medida em que negam: 1. A existência de ditadura entre 1964 e 1985; 2. Os excessos cometidos pelo poder através da violação de direitos humanos básicos; e 3. A desproporcionalidade entre atos de Estado no período e as reações da sociedade civil em desobediência. Diante do conteúdo, apontar a filiação ideológica com o revisionismo é importante para pontuar de onde Bolsonaro fala e qual discurso ele representa, como candidato, presidente ou ex-presidente. O objetivo de obter esses resultados é expor a hipótese de que Bolsonaro reproduz revisionismo e, como presidente eleito em 2018, e nunca responsabilizado por qualquer dessas falas, isso coloca em xeque a efetividade da justiça de transição brasileira.

Considerações finais

Este trabalho analisou o Twitter de Jair Bolsonaro, como ex-Presidente eleito e figura política importante no Brasil, em busca de refletir sobre a efetividade da justiça de transição pós ditadura civil-militar. A construção da memória é uma política capaz de moldar o cenário político pelo desejo da não-repetição; no entanto, quando insuficiente ou inadequada, ganha força o revisionismo histórico e o negacionismo. Foi o que Bolsonaro representou para a população desde que começou a se manifestar sobre o retorno da ditadura, de forma elogiosa a torturadores e passou a ganhar seguidores. Na primeira seção, revisei a literatura sobre o revisionismo histórico e o uso das redes sociais para expressar esse ódio, com a ultrapolítica. Na segunda, a análise de conteúdo expôs as postagens que negam a ditadura e clamam, justamente, pela repetição.

O discurso revisionista se tornou parte da ideologia que elegeu Bolsonaro e continua movimentando a extrema-direita. A partir disso, fica o desafio para quem se preocupa em promover a memória das vítimas e familiares, diferente da que o ex-Presidente promove. Trata-se de um sistema que se retroalimenta: na medida em que são implementadas políticas de esquecimento, desmontados os mecanismos de

verdade e suas políticas públicas, se torna mais viável a eleição de Bolsonaro; e uma vez eleito, ele pode desmontar as políticas de justiça de transição. Com a eleição de Bolsonaro em 2019 e sua gestão até 2022, surgiu a necessidade de reinventar as pautas de memória e verdade diante do discurso do então presidente, já atualmente, o governo Lula tem a oportunidade de dar atenção a todas essas demandas. Resta uma agenda de justiça de transição que precisa ser trabalhada como política de Estado, e não apenas de governo – basta escutar vítimas, familiares e militantes. Esse parece ser o caminho, resistir nesses diferentes cenários políticos. Agora, pós-Bolsonaro, a reconstrução é, ao mesmo tempo, o desafio e a única forma de resgatar a memória para proteger o futuro.

Notas

- ¹ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestra e graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora adjunta da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do grupo de pesquisa Justiça de Transição (UnB). Coordenadora do PPGD/UnB. Presidente da Comissão de Anistia do MDHC.
- ² Mestra em Direito, Estado e Constitucional pela Universidade de Brasília (UnB), graduada em Direito Pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do grupo Justiça de Transição (UnB) e do grupo de pesquisa e extensão Poder, Controle e Dano Social (UFSC).
- ³ Disponível em: <<https://twitter.com/search-advanced>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BOLSONARO, Jair. - 31 DE MARÇO DE 1964: A VERDADE TORTURA!. Brasília - DF, 31 mar. 2017. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/847747250306469892>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. - Câmara aceita pedido d Bolsonaro p/ sessão solene no plenário celebrando o dia 31 de março de 1964. [...]. Brasília - DF, 21 mar. 2014. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/447168011339042816>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. - Crise econômica, ameaças da esquerda...em 2015, quanta SEMELHANÇA c/ 1964...e a pergunta: QUEM SALVARÁ O BRASIL? [...]. Brasília - DF, 02 nov. 2015. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/661181987189866496>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. - Discurso de 3 minutos: "O 31 DE MARÇO DE 1964 QUE NÃO É ENSINADO NAS ESCOLAS:". Brasília - DF, 17 mar. 2014. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/445570231709487104>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. - O petista Pedro Dalari, a serviço da Globo, fala em corrupção no governo militar. [...]. Brasília - DF, 04 jun. 2018. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1003807708372504580>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. - O petista Pedro Dalari, a serviço da Globo, fala em corrupção no governo militar. [...]. Brasília - DF, 04 jun. 2018. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1003807708372504580>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. Enquanto insistem em falácias, rótulos e na fixação pela palavra "ditadura" [...]. Brasília - DF, 18 fev. 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1044889296975613953>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. FRANKLIN MARTINS e DILMA: as mesmas características no Regime Militar e atualmente. Assista eles por eles mesmos! [...]. Brasília - DF, 17 out. 2016. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/788155840222097409>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. Não entro no mérito do que acham os que hoje comandam a Globo. Apenas lembrei o que disse o senhor Roberto Marinho, falecido em 2003 [...]. Brasília - DF, 04 ago. 2018. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1025590211114426368>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. Olhe quem está por trás do HC do Lula... Tão grave quanto a corrupção... É o aparelhamento das instituições no Brasil. A esquerda, ao contrário como muitos pensam, está melhor preparada que o pré 1964... [...]. Brasília - DF, 09 jul. 2018. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1016304115041947649>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. Onde, no mundo, uma imprensa livre nasceu num período ditatorial? Mais do q falsear a verdade a Globo desonra a biografia d Roberto Marinho: [...]. Brasília - DF, 19 abr. 2017. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/854734419877404673>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. Regime Militar x Democracia Esquerdista: [...]. Brasília - DF, 26 abr. 2016. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/724905108073488384>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. Relato q vc ã verá no livro do filho d Mirian Leitão [...]. Brasília - DF, 11 mai. 2017. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/862776582724833281>>. Acesso em: 22 set. 2023.

BOLSONARO, Jair. Seguindo a determinação de transparência e responsabilidade com os recursos públicos [...]. Brasília - DF, 18 fev. 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1097646548756897792>>. Acesso em: 22 set. 2023.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A política e o espetáculo em Jair Bolsonaro, João Doria e Nelson Marchezan. *Imagofagia: Revista académica de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual*, Buenos Aires, n. 18, p.54- 84, out. 2018. Semestral. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/147321/141613>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FERNANDES, Eurico da Silva. O estudo do revisionismo histórico brasileiro na sala de aula: os casos da "ditabranda" da Folha de S. Paulo e da "ditadura à brasileira" de Marco Antonio Villa. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1. (Cadernos PDE). Acesso em 24 jun. 2023.

FERNANDES, Sabrina. *Crisis of Praxis: Depoliticization and Leftist Fragmentation in Brazil*. 2017. 389 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociology, Carleton University, Ottawa, 2017.

G1. 'Bolsonaro comemora ditadura brutal', diz Human Rights Watch sobre determinação para aniversário do golpe de 64. G1. 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/bolsonaro-comemora-ditadura-brutal-diz-human-rights-watch-sobre-determinacao-para-aniversario-do-golpe-de-64.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

LOUREIRO, Robson; DELLA FONTE, Sandra Soares. Revisionismo Histórico e o Pós-Moderno: Índícios de um Encontro Inusitado. *Impulso*, Piracicaba, v. 49, n. 20, p.85-95, jan./jun. 2010. Semestral.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta-voz. G1. Brasília. 25 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaio: Revista do PPGVA*, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 32, p.123-151, dez. 2016. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MONTEIRO, Guilherme. Nunca houve "Ditadura Militar no Brasil" Mentiram pra você, jovem!. 2015. 13m53s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CVis4jDCvzQ&feature=youtu.be>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. "Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira". *Passés Futurs*, v. 12, 2022, p. 1-15.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina-PR, v. 08, n. 15, p.09-44, nov. 2015. Semestral. Disponível em:
<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PÉREZ-LÍÑÁN, Anibal. Juício político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2009.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, v. 16, n. 278, p.03-13, jan. 2018. Quinzenal. Disponível em:. Acesso em: 25 jun. 2019.

PIVOTTO JR, Homero; BECKER, Marcelo Miranda. Em cem dias, Twitter de Bolsonaro é dominado por propostas, interações e ataques a adversários. *Gaúcha ZH*. Porto Alegre - RS. 09 abr. 2019. Disponível em:
<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/04/em-cem-dias-twitter-de-bolsonaro-e-dominado-por-propostas-interacoes-e-ataques-a-adversarios-cjua65c8x00jh01rtbrzpczgs.html>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. As esquerdas pelas direitas: memória sobre a luta armada e atuação política de direita em livros escritos por militares que atuaram em órgãos de repressão durante a ditadura civil-militar. *Anais do XV Encontro Estadual de História: "1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado"*, Florianópolis, v. 1, n. 15, p.1-13, ago. 2014. Disponível em:
<http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405910828_ARQUIVO_Trabalho_completo_ClarissaGrahlDosSantos.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Justiça de Transição e Usos Políticos do Poder Judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado Institucional?. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, p. 1284-1312, 2018.

ZIZEK, Slavoj. *The Ticklish subject: the adsent centre of political ontology*. London: Verso, 1999.